

**O MUNDO SOCIAL ENTRE COMPARTILHADO E SEGMENTADO:
RELEMBRANDO OS ESPAÇOS DE O SUL: CAMINHO DO ROÇADO.
ENTREVISTA COM AFRÂNIO GARCIA JR. ¹**

***THE DIVISION OF THE SOCIAL WORLD: FREEDOM AS A PRIVILEGE.
RETURN TO “O SUL: CAMINHO DO ROÇADO”
BY AFRÂNIO GARCIA JR.***

Patrícia Alves Ramiro*

Afrânio Garcia Jr. obteve, em 1968, o Diploma em Estudos Econômicos Gerais (DEUG) pela Université de Paris X (Paris-Nanterre) e, no ano seguinte, graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Na década de 1970 ingressou no Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual obteve título de mestre em 1976 e doutor em 1983 sob a orientação de Moacir Palmeira. Entre os anos de 1983-1986 realizou estágio pós doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) sob a direção de Pierre Bourdieu, o que abriu a possibilidade de suas publicações em francês.

Foi professor do Programa de Pós-graduação de Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ durante o período de 1977 a 1998. Desde 1996 é *maitre de conférences* na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris. Mantém intenso diálogo com pesquisadores brasileiros, dentre os quais podemos destacar sua participação como professor associado do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, centro de pesquisas interdisciplinar vinculado à UFRJ, e a condição de pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em projeto sobre História social da Ciência. Na França, segue coordenando o *Groupe de Réflexion sur le Brésil contemporain* na EHESS.

Tem ampla produção acadêmica internacional vinculada às seguintes temáticas: mundialização dos mercados agrícolas, mobilizações camponesas e transformações dos modos de dominação no Brasil e mobilidade universitária e circulação internacional de ideias.

¹ Esta entrevista foi realizada em 30 de agosto de 2016, na cidade de Natal/RN, durante a vinda de Afrânio Garcia Jr. ao Brasil para o II Encontro da Rede de Estudos Rurais.

* Pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* Paris no *Centre de Sociologie Européenne* (CSE), Brasil. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com

Patrícia Ramiro: *Primeiro gostaria de agradecer imensamente a disponibilidade do senhor em conceder esta entrevista. O título deste dossiê, Reordenamento agrário e estratégias de reprodução social, remete-nos, imediatamente, ao seu livro O Sul: caminho do roçado, leitura obrigatória para os estudiosos do rural brasileiro. Ainda que, em 2016, esteja fazendo 40 anos da sua primeira ida a campo ao brejo e agreste paraibano, locus da pesquisa de campo da referida obra, temos a atualidade do tema, dada a permanência de um campesinato ameaçado que, mesmo assim, continua tentando se renovar constantemente. Sabemos que o senhor é graduado em Economia e que iniciou sua carreira de antropólogo com sua entrada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Então, para iniciarmos, queria que o senhor falasse um pouco desse período.*

Afrânio Garcia Jr.: Bom, começando por aí, realmente a minha entrada no Programa de Pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional foi algo que mudou a minha vida. Fui para o Museu Nacional, onde uma literatura absolutamente nova e bastante internacionalizada é proposta aos alunos, mas, sobretudo, algo que era novidade absoluta naquele momento, era a chance de você juntar pesquisa empírica com debate teórico. O Programa de Pós-graduação do Museu Nacional tinha uma grande novidade, pois estava acoplado a um grande projeto de pesquisa que se chamou *Projeto de Desenvolvimento Regional Comparado* em paralelo ao programa de formação propriamente dito, com cursos e depois defesas de teses, que tinha sido organizado pelo Roberto Cardoso de Oliveira, com a ajuda do David Maybury-Lewis², e como eu retraço em outro artigo³, contando ainda com Luiz de Castro Faria⁴ como figura tutelar dessa entrada da pós-graduação em Antropologia dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o Moacir Palmeira⁵, que dirigia as pesquisas sobre o Nordeste, convidou José Sérgio⁶,

2 David Maybury-Lewis (1929-2007), antropólogo britânico especializado na etnologia dos povos indígenas do Brasil central.

3 A esse respeito ver Garcia Jr. (2009).

4 Luiz de Castro Faria (1913-2004) foi antropólogo do Museu Nacional e um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), tendo sido seu primeiro presidente entre os anos de 1954-1956. Participou da expedição à Serra do Norte, chefiada por Claude Lévi-Strauss, que resultou na obra *Tristes Trópicos*. Sobre o assunto, cf. Faria (2001).

5 Conferir Palmeira (1971a, 1971b, 1977).

6 José Sérgio Leite Lopes tem itinerário semelhante ao de Afrânio Garcia Jr, tendo se tornado professor do PPGAS do Museu Nacional. Foi coordenador adjunto do Projeto *Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. É autor de “Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar” (1976) e “A tecelagem dos conflitos na cidade das chaminés” (1988), além de editor de “Mudança social no nordeste: estudo dos trabalhadores urbanos” (1979).

Marie France⁷ e eu para entrarmos como auxiliares e vir para o Nordeste, na área de Pernambuco, para realizar o que ele fazia todo ano: um recenseamento das feiras daquela época. A hipótese do Moacir era exatamente esta – voltando ao que eu estava falando ontem [*durante palestra de abertura do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais*⁸] –, que toda a grande plantação canavieira estava estruturada por uma relação vertical entre senhores, usineiros e moradores, impedindo uma relação horizontal entre os moradores, e entre os moradores e os pequenos proprietários ou ainda com os que migravam para a Zona da Mata nos momentos da colheita da cana, como os corumbas e outros. Ora, a feira era o inverso de relações verticais que tudo permeia. Como se estruturavam as relações de distribuição de alimentos dentro das próprias plantações? Você tinha a rede de barracões, controlada indiretamente pelos senhores. E a rede de barracões reproduzia essa dívida original dos moradores. Isso eu realmente não abordei ontem, mas um dos fatos mais típicos dos engenhos era a existência do barracão. Quer dizer, no barracão você reproduzia uma dívida material que era transformada em dívida simbólica assegurando que os moradores permanecessem ali – a imobilização da mão de obra, na conceituação de Moacir. Esta configuração foi o objeto da Marie-France; ela foi tentar entender como uma feira tinha sido criada dentro da usina, no pátio da usina Serro Azul⁹. Então, se o barracão é algo oposto à feira, como apareceu essa entidade ao lado do barracão? E o Moacir começou primeiro nos levando para fazer esses recenseamentos de feira e iniciamos a discussão sobre quais eram os outros objetos de estudo complementares que podiam ser desenvolvidos para que se entendesse melhor o processo de transformação social que esse crescimento enorme de feiras evidenciava. Como a expansão significativa de laços horizontais e, portanto, de classe, entre os de baixo eram, de uma certa maneira, independentes dos laços verticais com as elites tradicionais? Esse era o centro da interrogação.

Patrícia Ramiro: *No período em que ficam com as pesquisas concentradas em Pernambuco temos seu livro Terra de trabalho (1983). Poderia falar de modo resumido o que foi sua pesquisa lá?*

7 Marie France Garcia-Parpet, pesquisadora do *Institut National de la Recherche Agronomique* (Inra) e do *Centre de Sociologie Européenne* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e esposa de Afrânio Garcia Jr., a quem se referiu em parte não editada da entrevista como “parceira afetiva e grande companheira de trabalho”.

8 Afrânio Garcia Jr. realizou a Conferência Magistral de abertura do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 29 de agosto de 2016, cujo título era *Bem-estar das casas-grandes e a salvação da lavoura: uma particularidade brasileira no universo internacional?*

9 Em referência à pesquisa que resultou na dissertação de mestrado de Marie-France Garcia-Parpet, intitulada *Bacurau: estudo de uma feira de usina*, defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, em 1977.

Afrânio Garcia Jr.: *Terra de trabalho* nasceu da pesquisa sobre origens sociais e históricas dos pequenos produtores de bens de subsistência que eram vendidos nas feiras da Zona da Mata como feijão, milho, farinha de mandioca, cará e outros tubérculos etc. Esses agricultores eram tanto pequenos proprietários como *foreiros* que se instalaram em terras monopolizadas, no passado, por engenhos de açúcar, sobretudo a partir dos anos de 1940 e 1950. Esse neocampesinato já surge ameaçado de não reprodução e teve papel central tanto na expansão das feiras da Zona da Mata quanto na criação das Ligas Camponesas. Fui examinar esse processo na Mata Sul e Beatriz Heredia na Mata Norte, em regiões de transição entre a Mata e o Agreste. Mas o centro de nossas etnografias foi dedicado à compreensão da divisão familiar do trabalho, em particular as diferenças entre as esferas de decisão e atividades masculinas (no *roçado* ou no *sítio*) e as esferas reservadas às mães de família na casa, assim como atividades que marcavam o ciclo de vida de crianças, de rapazes e moças (*roçado-roçadinho* e acumulação de animais para fazer frente aos futuros casamentos). A partir de leitura minuciosa de Chayanov, creio que demonstramos os modos particulares de existência das unidades domésticas camponesas, a especificidade de sua inscrição no mercado de produtos agrícolas e as dificuldades crescentes que enfrentavam para sua reprodução no longo prazo. Para ter acesso à “*terra de trabalho*”, aceitavam arrendar terras dos grandes proprietários contra a obrigação de, após a segunda colheita, plantarem capim para o gado do fazendeiro. O drama que sentiam era que se viam como agentes ativos de seu próprio desaparecimento como grupo social: a expansão das *terras de gado* liquidava com as *terras de trabalho* do passado, de modo semelhante ao cercamento dos campos sufocando os camponeses ingleses de antes da revolução industrial (vide Marx, nos capítulos sobre acumulação primitiva em *O Capital I*). A condição de campesinato ameaçado e marginal à *plantation* açucareira era uma constante da existência desse grupo social, desde suas origens. Por fim, a categoria *trabalho* carregava um significado simbólico muito particular, que marcava bem a tragédia que os aguardava.

Patrícia Ramiro: *Essa questão das estratégias de reprodução do campesinato se aprofunda na pesquisa no Estado da Paraíba. Como houve essa transição para o Estado da Paraíba e o porquê do novo locus da pesquisa? Enfim, como foi essa passagem depois de “Terra do trabalho” para a região de Areia e Remígio e que resulta na obra da qual falaremos de modo mais aprofundado aqui, O sul: caminho do roçado?*

Afrânio Garcia Jr.: As questões iniciais vieram das investigações sobre Pernambuco. A equipe começou a trabalhar fortemente sobre Pernambuco e, nesse momento, o PPGAS do Museu entra numa crise muito grande, porque a Ford não renovou os financiamentos que concedia e ameaçou a vida de toda a nova instituição de pós-graduação. Nós não tínhamos ainda nem defendido o mestrado e colocou-se a questão de como voltar a Pernambuco para completar a investigação – fazer mais campo e reforçar o material empírico. Nós tínhamos que dar conta da vida, e eu

estava trabalhando como economista, o Sérgio¹⁰ também, Marie France havia sido bolsista da Ford. Nesse momento, eu, assim como Sérgio, fazia parte do Grupo de Pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e nós dois trabalhávamos com distribuição de renda e emprego; fomos convidados para um debate em Brasília, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde vários economistas, como Edmar Bacha, Cláudio Salm, e outros, exprimiram a preocupação com o fato de que o número de pessoas que estava saindo do campo não iria encontrar emprego na cidade. Mas não conseguiam integrar isso numa lógica de explicação global das transformações sociais em curso. Nessa reunião, soubemos que o Banco Mundial estava interessado em pesquisas nessa direção. Ao voltarmos ao Rio, propusemos a muitos colegas do Museu que a gente pensasse em um projeto de pesquisa que poderia ser apresentado ao Banco Mundial por intermédio do Ipea. Essa é a origem do projeto *Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste*, até revi os documentos mais recentemente, em 1973. Nós aproveitamos as experiências e hipóteses do grupo Zona da Mata¹¹, e incluiu-se nessas discussões o diálogo com colegas que vinham trabalhando sobre a Amazônia e sobre a cidade do Rio de Janeiro. Aprofundou-se, assim, o diálogo sobre as transformações das *plantations* açucareiras do Nordeste do Brasil com um movimento forte de migrações para a Amazônia, tematizadas por Otávio Velho, e para o Rio, tematizadas por Machado. O projeto *Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste* foi concebido em 1973, não vou entrar aqui em todos os detalhes, mas ele só viria a ser financiado em 1975. Nessa época, eu já deveria ter entregado a dissertação de mestrado. Na verdade, a passagem de Pernambuco para Paraíba proveio de ideia muito simples, que era localizarmos outras plantações canavieiras no Nordeste com variação significativa para ver se aquilo que a gente estudara em Pernambuco era recorrente ou não. Então Beatriz¹² foi para Alagoas, onde a expulsão de moradores era muito mais rápida e a transformação desses moradores em clandestinos de ponta de rua era muito mais ampla; e Marie France e eu fomos para o brejo e o agreste da Paraíba. Nós fizemos algo cumulativo com as gerações precedentes: é que nós vimos que os geógrafos tinham realizado grandes excursões e, sobretudo no caso da Paraíba, tinham feito uma descrição minuciosa de excursões pelo brejo e pelo agreste e depois pelo sertão da Paraíba, que eu uso muito em minha monografia. Quer dizer, são fontes preciosas para mim, pois havia diálogo com pesquisadores de campo como Manuel Correa de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Nilo Bernardes, e outros do mesmo porte. Nós usamos o mesmo roteiro percorrido pelos geógrafos para identificar outras

10 Referência a José Sérgio Lopes Leite.

11 Nome utilizado para se referir aos pesquisadores que participaram do *Projeto do Desenvolvimento Regional Comparado* na região Nordeste coordenado pelo professor Moacir Palmeira. Muitas publicações resultantes deste projeto são referenciais teóricos importantes para a compreensão da sociedade rural (e urbana) brasileira. Algumas aparecerão em rodapé no decorrer dessa entrevista, conforme indicações no depoimento de Afrânio Garcia Jr.

12 Referência à Beatriz Alasia de Heredia e sua dissertação de mestrado defendida em 1976. Cf. HEREDIA, 1979.

situações que podiam ser confrontadas com aquelas que nós tínhamos analisado em Pernambuco. O famoso problema da universalização de hipóteses acarretava o seguinte: a monografia permite a você transformar o conhecimento teórico sobre as situações sociais particulares e suas alterações, mas esse modelo construído precisa ser enriquecido por monografias que o transformem em hipóteses, pois dar conta das variações é fundamental. Verdade que isso podia ser traduzido em linguagem estruturalista, prestigiada naquele momento. Lévi-Strauss, na *Análise dos mitos*, capítulo de *Antropologia Estrutural*, afirma que um mito é constituído por todas as suas variantes. Toda a questão é como, a partir do exame de uma variante, você chega aos invariantes? Como fazer para testar a passagem da explicação de uma variante ao enunciado dos invariantes? Você pode fazer o estudo de outras variantes e, confrontando-as, melhor formular os invariantes do processo de transformação. Os enunciados sobre invariantes são sempre uma universalização provisória de hipóteses que você trabalhou antes numa escala mais restrita. Foi assim que eu cheguei no brejo da Paraíba acompanhado de Marie France e de nossa filha de dois anos.

Vimos que a expressão *libertos e sujeitos* é algo que todo mundo usa e, à diferença de Pernambuco, não como “coisa do passado”, mas como “coisa do presente”. Aí eu disse: – Opa! Então tudo aquilo que eu tinha feito por meio de reconstituição através de pesquisa em cartório, tudo aquilo que no *Terra de trabalho* tinha sido reconstrução histórica a partir de outras fontes, eu podia estudar no nível etnográfico. A mesma coisa para Marie-France, porque o ciclo de feiras da região do brejo paraibano e do agreste era sempre descrito como um ciclo de feiras fundamental para a região, que eram as feiras que tinham por epicentro, ali, Campina Grande. E mesmo o município de Areia era um lugar que tinha sido importante do ponto de vista comercial; e se a feira se retraiu nesse município, havia feiras que muito cresceram em municípios vizinhos como Solânea e outros. O ciclo de feiras complementares e concorrentes passava ao primeiro plano de sua investigação. Além de tudo, Areia tinha um colégio de freiras que estava em grande decadência, Colégio Santa Rita, onde havia dormitórios vazios. Nós, que tínhamos já uma filhinha pequena, podíamos residir de uma maneira mais simples nesse local sem precisar encontrar hotel nesta cidade, normalmente destinados aos comerciantes de passagem.

Patrícia Ramiro: *Quando o senhor fala sobre o problema da universalização das hipóteses, me vêm à mente uma coisa interessantíssima do ponto de vista metodológico deste grupo de pesquisadores, e que eu acho que, para mim, ficou muito claro relendo agora seu livro: a teoria nem sempre explica tudo. O senhor escreve que precisamos saber o que a teoria é capaz de explicar e o que ela não é capaz de explicar. O senhor poderia desenvolver um pouco mais essa afirmação?*

Afrânio Garcia Jr.: Pois é, esse ponto fundamental foi Moacir quem nos fez internalizar. Uma frase dele nos seminários que nunca esqueci dizia o seguinte: quem não conhece os seus limites é a ideologia. A teoria, em ciência, conhece sempre os seus limites. Ela tem que começar por formular o que o estado dos conhecimentos permite explicar e o que o balanço teórico não consegue explicar. Essa concepção

do que seja teoria em ciência aceita que toda a explicação abstrata fornecida seja provisória e que você deve submeter esse provisório eternamente a uma verificação através de exame de fatos observáveis. O que os franceses chamariam hoje de *mettre à l'épreuve une théorie*. A relação mesma com o conhecimento passava a ser de um outro tipo. Por contraste, eu diria que ainda existe muito, particularmente no debate entre Ciências Sociais e Filosofia, uma atitude na qual a teoria é apresentada como o elixir do *Santo Graal*. Quem puder atingir o *Santo Graal* tem ali a boa teoria e, bebendo-se daquela fonte, pode-se explicar qualquer coisa. Neste último caso, todo trabalho empírico é apenas uma ilustração da teoria (e não a condição *sine qua non* de qualquer avanço teórico).

Patrícia Ramiro: *Como se essa teoria fosse descolada de um contexto empírico que permite que ela surja...*

Afrânio Garcia Jr.: Infelizmente a teoria é com frequência apresentada em termos de filosofia platônica, como algo que existiria no mundo das ideias, chegando aos mortais por vias misteriosas, em que os iluminados dizem quais são os caminhos já trilhados, e que estariam ultrapassados, e quais são as vias a serem privilegiadas no futuro. O que está descolado completamente daquilo que se tornou corrente em todas as ciências e que a epistemologia evidenciou: a explicação científica baseia-se em experimento, quer dizer, é necessário retomar as ideias as mais abstratas e submetê-las a algum tipo de objetivação, criando algo como um experimento que possa ser reproduzido ou possa ser verificado por outros. A teoria, inclusive, não é algo que você detenha sozinho, não há nada semelhante a um profeta único. Supõe sempre a famosa noção de “comunidade científica”. Quer dizer, supõe sempre que o seu trabalho se inscreva num conjunto de outros trabalhos que vão ser, em situações sociais as mais diferenciadas, postos em diálogo. Subsistem os enunciados que se mostram mais explicativos. O famoso problema da universalização do conhecimento, ou seja, que explicações subsistem quando você aumenta a generalidade do processo de conhecimento, diferindo daquelas explicações que, ao contrário, são válidas para aquela situação, mas, comparando com outras, você vê que elas não resistem a uma dúvida sobre a sua generalidade. Essa frase de Moacir, que a ideologia e a religião explicam tudo, mesmo antes de qualquer experiência; a pretensão é que elas tenham a resposta para toda e qualquer situação vivida ou a viver de qualquer um dos mortais. Muito longe estamos dos caminhos fecundos da explicação científica.

Tudo aquilo que estava diante dos nossos olhos, inclusive aquela situação de desgraça de um regime militar tal qual como se punha, era uma situação social que não se entendia e que você não iria explicar sua ocorrência e efeitos sociais sem fazer trabalho empírico direito. O que contribuiu para acreditarmos que o que estava sendo feito era importante. Moacir era muito consciente da originalidade do grupo a que dera origem, mas nunca cultivou o isolamento aristocratizante: chamava atenção para a experiência comum e convergente de colegas de São Paulo, de Minas Gerais, do próprio Nordeste e da Amazônia, do Rio Grande do Sul etc. A pesquisa sobre os grupos populares se avolumava: camponeses, assalariados, operários, pequenos comerciantes, pequenos empregados eram ouvidos como uma maneira de entender

o mundo onde todos nós estávamos inseridos. Para mim, essa foi a contribuição fundamental trazida pelos modos de trabalhar em Antropologia Social. É que as representações mentais fazem parte da construção da sociedade na qual vivemos, em ruptura com a tradição objetivista que só aceitava como dados comportamentos observados, nunca enunciados emitidos por atores.

Patrícia Ramiro: *Então eu vou adiantar uma pergunta que tem tudo a ver com o que o senhor está dizendo, e que eu percebi como uma provocação, no seu livro, à academia da época ou à de um momento um pouco anterior, quando o senhor afirma que, abre aspas, “a pesquisa de campo não é um confessionário”. Aqui o senhor quis dizer exatamente o quê?*

Afrânio Garcia Jr.: Esse ponto também é decisivo. Quer dizer, a relevância de se tomar em consideração a representação dos agentes foi tão forte que levou muitos antropólogos, naquela época, a dizer assim: conseguimos tantos resultados com a “análise de discurso” que a verdade é aquilo que sai da boca do ator. Acho erro de perspectiva, um erro simétrico ao erro do observador fora da situação social, que quer descrever os atores sem ter relação com eles, sem saber o que pensam e ressentem. Naquele momento, alguns supunham que toda a verdade sobre cada indivíduo ou seu grupo de pertencimento é dita por ele mesmo. Outros chegavam a afirmar que só podia falar sobre homossexuais quem era homossexual, só podia falar sobre mulher quem era mulher, só podia falar sobre negro quem era negro. Ou seja, dizer que “a pesquisa de campo não é um confessionário” significa que essa via do conhecimento não era a única forma de aceder à verdade. Nós não estávamos buscando que as pessoas dissessem a verdade da situação que eles viviam; estávamos evidentemente buscando que elas dissessem o mais possível como elas pensam suas condições de existência e o mundo em que vivem. Agora, isso não nos desobrigava de pegar aqueles relatos e confrontar com outros relatos, confrontar com os dados que a gente tinha extraído de arquivos, confrontar com dados de observação recorrente como as estatísticas, e enunciar nossa própria visão em monografias. Não tem jeito, é forçoso saber que o que nós vamos apresentar aos nossos pares e leitores é uma monografia, e essa monografia também é uma construção feita pelo cientista social, uma representação do mundo social que se quer mais compreensiva.

Patrícia Ramiro: *Recordando que o senhor cita, em seu livro, trechos da obra A Bagaceira, de José Américo de Almeida e, nesse caso, essa literatura serve para aquilo sobre o que o senhor falou, ou seja, para confrontar algumas falas também... Mas, por favor, prossiga.*

Afrânio Garcia Jr.: Eu vou voltar à frase mencionada: “a pesquisa de campo não é um confessionário”. Quer dizer, eu não tenho que pegar cada relato individual, como se ele tivesse que ser carimbado como verdade ou mentira. Eu tenho que pegar cada relato recolhido durante a pesquisa e confrontar com outros, com tantas versões de um determinado processo experimentado por indivíduos diversos, uma forma mais rica de elaborar nossa compreensão das ocorrências. Quero ressaltar um ponto que

creio ser central na diferença entre *O Sul: caminho do roçado* e *Terra de trabalho*. É que neste último eu já tinha explorado o fato de que muita gente havia saído dali e ido para o Rio de Janeiro, para São Paulo e outros lugares com oportunidades “que acenavam com outras promessas” (segundo José Américo de Almeida), mas eu acabei descrevendo essas tendências em *Terra de trabalho* como se fossem apenas uma evidência do processo de expropriação daquele grupo. Em outras palavras, eles perdiam sua condição de agricultor, não a reproduziam, e tinham que se inserir em mundos distantes para fazer face à própria sobrevivência e de suas famílias. Quando chegamos à Paraíba, ainda na segunda semana de campo, Marie-France e eu sentávamos sempre para discutirmos as entrevistas que estávamos fazendo, e a gente se admirou quando percebeu – acho que havia mais de sessenta entrevistas, entre curtas e médias – que todo mundo estava falando do Rio de Janeiro como um lugar onde já esteve, ou algum irmão, ou algum filho tinha passado ou estava vivendo lá. Começamos a nos confrontar com o reducionismo de perceber Rio de Janeiro ou São Paulo como um mundo totalmente distante, que nada tinha a ver com o mundo em que eles estavam vivendo, mas que as duas imagens se interpenetravam. E essa frase enigmática, que acabou dando o nome do livro, passou a enigma número um: “O Sul hoje é o caminho do roçado”. Que diabo era isso, caminho do roçado? Caminho do roçado é uma coisa de fácil acesso, que eu faço todo dia, um fato banal. O sul, era o contrário, era um objeto de fantasmas, ninguém sabia o que reservava tal destino. Como é que uma pessoa repete o refrão: “O Sul hoje é o caminho do roçado”?

Patrícia Ramiro: *E tem até outra expressão que lamento ter ficado num rodapé, que é fantástica, de uma depoente sua que diz que ela “comia de correio”.*

Afrânio Garcia Jr.: Isso!

Patrícia Ramiro: *Pois é, ela dependia do envio do dinheiro do marido no sul para se sustentar e para depois poder comprar sua parcela de terra, ou investir em gado e fazer sua poupança.*

Afrânio Garcia Jr.: Exatamente. Começamos a ver que essas migrações se inscreviam em um leque muito amplo de estratégias de reprodução da unidade doméstica. Só que isso não era mais como no livro *Terra de trabalho*, uma coisa que ocorria na escala do dia a dia, mas eram estratégias que passavam por várias gerações, e versavam sobre um leque de situações muito variáveis, que dependia de idade, de sexo, da composição social do grupo doméstico, ou seja, obrigou a complexificar a análise do que era a unidade doméstica, aproximando o que eu estava fazendo daquilo que faziam outros colegas antropólogos. Porque antropólogos sempre trabalharam sobre família e sobre os significados que estão em jogo dentro do mundo familiar. Acho que sob este aspecto *O Sul: caminho do roçado* foi, num certo sentido, uma retomada de coisas que já tinham sido começadas a ser investigadas em *Terra de trabalho*, mas acredito que as migrações apareceram como aspecto forte das transformações sociais. Na época, a resistência maior ao livro *O Sul*, que eu me lembro que ocorriam em seminários dos quais participava, era a resistência brutal

que suscitava analisar a migração de retorno como uma estratégia de reprodução de agricultores do brejo e do agreste da Paraíba. Que história é essa que você está falando de nordestino que volta à terra de origem?

Patrícia Ramiro: *Talvez porque fosse mais fácil pensar tudo como proletarização do campesinato?*

Afrânio Garcia Jr.: Sem dúvida alguma. Por essa época, já se havia demonstrado as várias faces da transformação da condição de morador, mas as faces da proletarização todo mundo aceitava. Já a face do encampesinamento não, esta encontrava resistências virulentas. E como a reforma agrária, naquele momento, estava completamente excluída do horizonte político, então essa face do encampesinamento aparecia como uma coisa de antropólogo, que adora estudar coisinhas miúdas sem se importar com as “grandes tendências históricas”...

Patrícia Ramiro: *Eu queria pegar o gancho, Afrânio, com essa ideia da capacidade do antropólogo de interpretar o que parecem ser pequenos detalhes, porque acho que é justamente aí que está a riqueza do livro: quando o senhor mostra que as trajetórias são diversas, mesmo entre indivíduos com posição similar, porque os capitais, as formas de acesso ao poder, de transitar de cada indivíduo, tudo isso vai influenciar na possibilidade e na maneira de reconversão de cada um. Então gostaria que o senhor falasse um pouco sobre quais as estratégias de reconversão encontradas para os senhores de engenho nesse momento de declínio do domínio tradicional do engenho e da dominação personalizada.*

Afrânio Garcia Jr.: No livro são mais estudadas as estratégias propriamente econômicas dos senhores de engenho e usineiros. Mais diretamente, são trabalhadas todas as estratégias produtivas de recuperação dos recursos materiais que lhes asseguravam as posições dominantes e sem paralelo com os disponíveis para as classes subalternas. Então, como você passa do cultivo da cana para tentar qualquer outro tipo de cultivo? Como se explica o crescimento dos pastos cultivados naquele momento? Como houve, num determinado momento, cultivo do sisal? Creio que no capítulo sobre estratégias de reconversão dos grandes proprietários¹³ há uma fala de um pequeno produtor que diz: “quando não é gado, é a cana do usineiro”. Pois, naquele momento, começa a se expandir enormemente a criação de gado, porque há financiamento subsidiado de pastos com capim plantado.

Patrícia Ramiro: *Pois é, o José de Souza Martins fala que os grandes proprietários se transformam, na verdade, em “pastores de incentivos fiscais”...*

Afrânio Garcia Jr.: Isso, exatamente isso. Recuperei, no *Sul: caminho do roçado*, tendências que foram estudadas no *Terra de trabalho*, como a expansão de pastos

13 O entrevistado refere-se ao capítulo VII, *Estratégias de reconversão dos grandes proprietários*, do livro *O Sul: caminho do roçado*.

plantados e da pecuária bovina. Por outro lado, foi aí que me confrontei com questões tratadas ontem [*referindo-se à palestra do dia anterior*]: como havia reconversões dependentes do que acontecia na ordem institucional, como se impunham dentro do Instituto do Açúcar (IAA)¹⁴? Porque é nesse momento que se vê ali, em Areia, em Pilões, Serraria e outros municípios do brejo, a importância do Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (Planalsucar)¹⁵. A primeira coisa a estudar era a importância do Planalsucar, decisiva na concorrência entre engenhos rapadureiros e usinas. Num segundo momento, que está apenas começando em 1975, entraria o Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool). Até que, no campo, eu observei menos o Pró-álcool do que se estava anunciando. A expansão da cana tem a ver com uma imensa construção de aparato institucional que sustenta as reconversões dos senhores de engenho e dos usineiros. A usina Santa Maria, por exemplo, está descrita por Manuel Correa de Andrade como usando equipamentos que foram comprados de usina desmobilizada de Pernambuco. Quer dizer, o IAA condena equipamentos ligados à superprodução em Pernambuco, mas, na prática, os usineiros vendem aquela maquinaria a outros usineiros em áreas de menor produtividade. Esse controle institucional da produção dos derivados da cana recriava a superprodução em escala nacional. Era estratégico entender esses mecanismos. Para mim, foi uma benesse encontrar o livro de Tamás Szmrecsányi (1979) na Universidade de Estadual de Campinas (Unicamp), porque o livro era baseado em enorme pesquisa sobre a construção do mercado do açúcar e do álcool, um mercado totalmente enquadrado por entidades públicas cujos movimentos eram financiados, em última instância, pelo tesouro nacional. Assim nasceu a ideia de demonstrar que, na prática, não se tratava de um processo de mercado clássico, ou pelo menos daquele descrito e pressuposto pelos neoclássicos. Aqui, estou diante de um processo em que o Estado é uma alavanca central. Mas todas as outras reconversões, como estas de tornar-se escritor, de privilegiar os estudos, tornar-se universitário e, enfim, tentar passar a profissões exigentes em capital escolar, eu não estava ainda atento a elas. Na tese, eu menciono o José Américo de Almeida, mas não o descrevo como uma pessoa, eu sabia que ele tinha sido um líder da Revolução de 30 no Nordeste, que era o autor do romance tido por pioneiro do romance nacional – *A Bagaceira* –, mas não explorei isso. Esse veio analítico se firmou a partir do pós-doutorado na França, trabalhando com o grupo de Bourdieu e estudando sua obra. Essa ideia das reconversões passando por investimentos escolares e por investimentos propriamente culturais surgiu com toda nitidez. As entrevistas feitas nos anos de 1976 e 1977 – se me permito uma autocrítica – tiveram certo viés mais economicista, examinei, sobretudo, as estratégias dos grandes proprietários voltadas para a reconversão econômica.

Patrícia Ramiro: *Para as usinas, não é? Por outro lado, o senhor também mostra que não serão todos, afinal também houve uma seleção de quem iria ser, ou poderia ser esse senhor de engenho mais poderoso, maneira como o senhor chama, em certo*

14 O Instituto do Açúcar e do Álcool era uma autarquia federal existente no Brasil de 1933 até 1990.

15 Trata-se de Programa elaborado em 1971.

momento, no livro, o usineiro. E é interessante nesse sentido também e retomando a ideia sobre a qual começamos a falar e não demos sequência, sobre as categorias de libertos e sujeitos. Deste mundo vivido, compartilhado e segmentado que, independente da posição, irá apresentar sua percepção do espaço social apoiando-se nestas duas categorias. Enfim, acho que isso também é extremamente importante para a compreensão do livro, de que não são categorias explicativas do mundo só de baixo, mas que irão aparecer em cima também, não é mesmo? Um momento em que ela aparece em cima é, por exemplo, quando o usineiro vira um senhor de engenho mais forte e aquele senhor de engenho que não conseguiu se reverter viraria “sujeito”, ao passar a ser visto como um mero fornecedor de matéria-prima.

Afrânio Garcia Jr.: Exatamente isso.

Patrícia Ramiro: *Quer dizer, a sujeição não se encaixa só embaixo. São categorias explicativas do universo social.*

Afrânio Garcia Jr.: Isso ficava claro em algumas entrevistas em que as famílias de senhores de engenho falavam da passagem dolorosíssima da condição de senhor de engenho para a condição de fornecedor de cana. E essa passagem é descrita, por exemplo, brilhantemente por José Lins do Rego, sobretudo no romance *Fogo Morto*, não é? Expressão com conotação de potência sexual afetada, como um processo de morte e de vida pós-morte que é essa vida de fornecedor. Mas é sempre a vida de uma pessoa que ocupa posição no alto do espaço social, que estava acima de todos e passa a estar em posição subordinada. Exatamente como você coloca; essas oposições são usadas para processos que se referem a figuras situadas no alto do espaço social. Tentar entender quem as usava e em que contexto era uma forma de decodificar o significado da vivência dos grupos dominantes.

Patrícia Ramiro: *E se a gente pensar na reconversão do que vamos chamar ‘dos de baixo aqui’, como apareciam essas categorias? Lembrando que o senhor vai fazer muito bem a divisão entre agricultores fortes e fracos e os moradores, os alugados. Como essas categorias aparecem na dominação a partir do olhar de baixo?*

Afrânio Garcia Jr.: O grande desafio era esse: começar a entrevistar, e fazer um mapa social a partir das entrevistas. Quero dizer que fazíamos as entrevistas e constatávamos qual era o mapa que um agricultor, por exemplo, que era pequeno proprietário, fazia: quem ele localizava como morador, quem ele localizava como senhor, quem ele localizava como alugado e assim sucessivamente. E íamos entrevistando indivíduos imersos em cada uma destas outras posições para ver o mapa de que faziam uso e desse modo enriquecíamos o nosso próprio mapa. Começávamos a ver qual era, ou como é que você podia montar um mapa social que desse conta desta multiplicidade de perspectivas muitas vezes contraditórias. Sempre atentos a uma coisa simples: não há nenhuma razão para que uma pessoa que vivia do *alugado*, e que todo o dia está ali no sufoco para saber aonde é que vai tentar ganhar o pão daquele dia para a família dele, não há nenhuma razão para que

ele conheça a fundo como o *usineiro* elabora suas decisões. Como ele consegue ou não dinheiro dos bancos? E nem há também nenhuma razão para que você suponha que o *usineiro* efetivamente entenda como esse *alugado* sofre no dia a dia, inclusive porque há desprezo, porque há distância social reafirmada no cotidiano. Se você entende que as categorias dos entrevistados não são as suas categorias, mas elas são centrais para construir as suas categorias de entendimento, o estudo da oposição entre *libertos* e os *sujeitos* abre perspectivas fantásticas. Moacir havia analisado as categorias *cativos* e *libertos*, Lygia também as tinha estudado entre moradores e trabalhadores da rua, o José Sérgio, examinando os operários industriais, tinha se confrontado com categorias assim¹⁶, a Marie-France, trabalhando com negociantes de feira, também as tinha encontrado, Beatriz também – então, todo mundo tinha se deparado com essas categorias. No entanto, todos nós sabíamos que, pela legislação brasileira, mesmo durante a ditadura, ninguém poderia ser reduzido à condição de escravo, de *cativo* do século XIX. O desafio era esse: se as pessoas vivem no presente uma relação jurídica do passado, o que diabos isso quer dizer? Se eu extirpo essa representação de minhas análises, de que me serve isso? O que me obrigou a pensar em algo que acho até hoje fundamental: eu também, como tudo e todos naquela época, nós nos perguntávamos o que era ser livre. E o que era a liberdade que a gente queria quando saísse do mundo da ditadura? Era uma espécie de pergunta por procuração através de pessoas que têm experiências de vida muito diferentes, pois estão situadas em pontos diferentes do espaço social. Elas estão nos dizendo o que é a liberdade para elas. Acredito que, para mim, foi um exercício que permanece forte até hoje. Entender o que é liberdade para os outros é um exercício fundamental para entender melhor as vicissitudes positivas, mas também os limites, da nossa própria liberdade.

Patrícia Ramiro: *Até porque o fim da sujeição não significou a liberdade para muitos moradores que...*

Afrânio Garcia Jr.: Pelo contrário.

Patrícia Ramiro: *Para eles foi pauperização.*

Afrânio Garcia Jr.: E essa precariedade da emancipação era muito verbalizada: “sou livre, mas pobre”. No fundo, ele estava mandando uma outra mensagem: como o estatuto de pobreza material afetava a própria condição de liberto. Ponto, aliás, que surgiu com maior intensidade quando escrevi a versão francesa e tive que traduzir *libertos* e *sujeitos*¹⁷. Porque *assujettis* era fácil e entrava no vocabulário francês, embora eu soubesse, pela análise dos dicionários brasileiros, que *sujeitos* é um vocábulo utilizado desde o século XVIII no Nordeste do Brasil para se referir

¹⁶ Pesquisa publicada em Leite Lopes (1976).

¹⁷ Versão francesa da obra publicada com o título *Libres et Assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste* (1989).

a escravos. Quer dizer, a relação entre *sujeito* e escravidão era clara. Agora *liberto*, que eu comecei a traduzir e traduzi até o final como *libres*, na verdade não era a boa tradução. A tradução literal é *affranchi*, que é emancipado. E uma coisa cuja relevância só fui perceber quando, na França, li todos os trabalhos da Kátia Mattoso¹⁸ sobre escravidão no Brasil, é que a emancipação brasileira era condicional: uma família que deu a emancipação a alguém podia reconsiderar seu gesto benfazejo.

Patrícia Ramiro: *Então, não é um pouco no sentido de autonomia que o senhor está falando em emancipação?*

Afrânio Garcia Jr.: Não exatamente; penso em emancipação como sair da condição de escravo e não dever mais nada a ninguém. Quando você sai da condição de escravo, mas a qualquer momento você pode voltar a ser submetido ao mesmo estatuto, é um livre ameaçado. Então na palavra *liberto* reside exatamente a ideia dessa precariedade, como aparece depois, também, na noção de campesinato ameaçado, quer dizer, você conquista uma situação nova, mas esta situação está sob ameaça constante, entendeu? A ideia da perpetuação problemática de uma coisa nova e boa é intrínseca a essas posições. Infelizmente, na monografia, não passei com tanta força essa dimensão. Acho que se retomasse ou fizesse outra monografia sublinharia esse aspecto. Aprendi muito no momento de editar a mesma pesquisa na França e quando traduzi *libertos* e *sujeitos*, por *libres* e *assujettis* e não, o que seria a boa tradução, *affranchis* e *assujettis*. *Affranchissement* você encontra nas mais variadas sociedades onde há escravos, mas o *affranchissement* com reversão quer dizer uma coisa que não é acumulativa, isso não é corrente em todas, agora, no Brasil, é. Hoje em dia, por exemplo, você tem brilhantes historiadores, como o João José Reis, que vão mostrar que aquilo que está sendo descrito como quilombos em torno de Salvador, muitas vezes, nada mais eram do que uma reunião de escravos de ganho *com libertos*, dados os riscos do *affranchissement*. Porque o medo era sempre que chegasse alguém e dissesse assim: “não se trata *de liberto*, eu sou o dono desse escravo”, e ele é escravo, um escravo fujão, então tem que voltar sob o meu controle. Ou ainda, havia senhoras de engenho com alguém doente na família, prometia liberar os seus escravos de uma maneira religiosa, construindo uma capela e instalando aquelas famílias, atribuindo chão de casa e terras para cultivo. Mas nada indica que um de seus filhos ou uma pessoa que comprasse o engenho, sucedendo-a, não pudesse chegar e dizer: “Não senhor! O senhor não tem nada de livre. O senhor nunca saiu daqui, na verdade, o senhor é escravo e o senhor vai voltar para o lugar de onde nunca deveria ter saído”. Há algo de provisório na condição *de liberto*.

Patrícia Ramiro: *Ainda falando da categoria de agricultor, o senhor mostra também que ela própria depende da posição de quem manipula a palavra, tanto do ponto de*

18 Kátia Maria de Queirós Mattoso (1932-2011), historiadora e cientista política. Publicou, entre outras obras, *Ser escravo no Brasil* (1990). Sobre sua biografia, ver Reis e Souza (2013).

vista das relações sociais horizontais quanto verticais. Nesse sentido, por exemplo, para o agricultor, o morador não é um agricultor, mas, para o senhor de engenho, ele pode ser, até porque ele depende desse plantio para viver. E todo o processo de dominação não é só afirmado de maneira simbólica, pois o senhor de engenho diz até o que ele pode e o que ele não pode plantar. O senhor deixa isso bem claro, por exemplo, no caso da região do agreste, onde moradores, rendeiros e meeiros não podiam plantar a mandioca. Tinha que ser roçados mais temporários, para depois o gado poder ir lá comer. Poderia desenvolver um pouco mais esse aspecto?

Afrânio Garcia Jr.: Havia uma complementariedade entre os roçados dos camponeses e a alimentação do gado do fazendeiro. A palavra agricultor é menos uma palavra técnica do que uma designação das atividades que cada um faz ao cultivar a terra. É uma palavra com um conteúdo social forte. Ela só faz sentido se você pega as polaridades todas para entender que você localiza as pessoas em baixo, no meio e em cima do espaço social. Particularmente, os agricultores situavam-se no meio. As nuances eram marcadas por adjetivos: agricultor fraco, agricultor forte e por aí vai. Porque os próprios senhores de engenho algumas vezes falavam de si como agricultores, mas quando entravam os plantadores de lavoura branca, aí senhor de engenho é senhor de engenho. Ele pode plantar mandioca, ele pode plantar feijão, plantar milho, mas ele é sobretudo cultivador de lavoura para vender, como a cana-de-açúcar. Enquanto outros agricultores com menos terra vão dizer, “eu só produzo lavoura branca”, o que era também uma maneira de dizer que não mantinham nenhuma posição subordinada. De outro lado, estavam sempre dizendo, “eu sou livre”, “eu controlo meu tempo”, “eu posso conversar aquilo que eu quero”, então, ele não era um morador. Quando nos acercávamos de algumas casas, em tudo semelhante às casas dos pequenos proprietários, tentávamos falar com o dono da casa, que nos respondia assim: “Não. O senhor vai conversar primeiro na sede da fazenda e se ele disser que eu posso falar, então eu lhe dou a fala”. Tratava-se de um *sujeito*. Enquanto que, se chegávamos, às vezes, em casas mais pobres, o dono nos olhava e dizia: “aqui, eu sou liberto. O senhor pode começar a dizer o que o senhor quer”. Quer dizer, esse processo de categorização simbólica era central na maneira como as pessoas se comportavam, em como se comportavam no processo produtivo, na venda dos produtos, como se comportavam em vários aspectos: na relação com sua mulher, na relação com seus filhos. A mulher de um *liberto* difere da mulher de um *morador*, e os filhos de uns e de outros também têm, infelizmente até hoje, os destinos sociais marcados por restrições e volume de recursos bem diferentes.

Patrícia Ramiro: *Pensando agora, um aspecto que enriquece a análise da obra reside na maneira com que dialoga com os conhecimentos de economia, oriundos de sua formação na graduação, com os do antropólogo que se torna a partir do ingresso na pós-graduação. A análise detalhada das diferentes esferas da vida social (econômica, social, cultural e histórica) rompe com uma visão linear de que uma coisa sozinha desencadeia outra. O senhor aponta três fatores como viabilizadores deste declínio da dominação tradicional dos senhores de engenho. Se eu estiver errada, por favor, me corrija. Um, que já comentamos aqui, foi essa passagem, com a chegada das*

usinas, de alguns senhores de engenho para usineiros – e sempre reafirmando que eles também não dependiam exclusivamente de cana-de-açúcar (o que, acredito, foge também de uma visão simplista da realidade). O senhor deixa muito claro que eles não eram apenas monocultores de cana, que tinham fazendas na região do agreste onde combinavam roçado de agricultores e criação de gado, o que rompe com aquela visão simplista dos livros da escola que dizem que tudo foi culpa da queda do mercado do açúcar. Não era tão simples assim, afinal. Além disso, o senhor ainda mostra, com base em dados econômicos, que a produção de açúcar no Nordeste era muito mais onerosa em relação às outras regiões, aspecto compensado por subvenções que configuravam, na realidade, uma política de manutenção destas elites agrárias, bem como a manutenção de um patrimônio fundiário concentrado em poucas mãos no Nordeste.

Afrânio Garcia Jr.: Sim, esse foi um ponto que eu retomei ontem [*em referência à palestra do dia anterior*] e penso inclusive que é um ponto até hoje pouco explorado: a negociação da existência de elites nordestinas em concorrência com elites agrárias do centro-sul não foi regulada pela flutuação dos preços de mercado. A regulação do mercado nacional foi negociada politicamente, porque o preço de compra pelo IAA no centro-sul não era o mesmo preço do Nordeste. Isso não foi uma coisa válida por um ano, dois, dez, quinze... Não. Isso foi uma coisa duradoura, que vigorou por décadas. Quando se fala em decadência da região Nordeste, deve-se assinalar que essa diferenciação de produtividade foi algo duradouro. Ao descrever esses preços administrados, fiquei muito mais à vontade do que repetindo o dizer dos economistas de que estávamos diante de um mercado nacional regulado pela livre flutuação dos preços.

Patrícia Ramiro: *Entendo. Depois vinha a questão sobre a qual falamos um pouco também, dessa possibilidade, a partir dos anos 1950, de migração para o sul, uma opção que aparece como masculina, em geral, dos filhos, sendo que alguns manifestam o desejo de voltar para o roçado. O senhor já falou um pouco sobre o caminho de voltar e comprar um pedaço de terra ou investir no negócio, ou melhorar algum negócio já existente, ou comprar gado – o que a gente sabe que até hoje é uma espécie de poupança, mesmo para os pequenos agricultores. Em seguida, o senhor aborda um terceiro fator explicativo, e esse penso que poderíamos aprofundar um pouco, que é a questão da chegada dos direitos para regular a evolução da condição de morador. E aqui me lembro de uma frase na qual a própria percepção do morador muda, uma expressão de um entrevistado seu que diz: “o morador é um santo para entrar e um capeta para sair”. Então só porque ainda não tocamos nesse aspecto, pergunto: como é essa questão da chegada do direito ali, o surgimento das Ligas, os foreiros que vão se mobilizar naquele momento?*

Afrânio Garcia Jr.: Creio que essa frase foi dita por um pequeno sitiante que era também comerciante de laranja em grande escala. Uma das questões centrais para todo o grupo de pesquisa foi como é que o direito se introduziu nessas relações dos senhores com os moradores. Acabei de publicar um texto sobre Lygia Sigaud e o último projeto dela, que foi o projeto para a cátedra Sérgio Buarque de Holanda na *Maison des Sciences*

de l'Homme, e que versava sobre como é que os direitos se introduziam nas relações sociais¹⁹. E é muito interessante, porque ela problematiza “a entrada dos direitos” ao apontar que não depende apenas das relações desses personagens rurais mencionados acima, mas também dos advogados, dos militantes políticos, do padre, do delegado de polícia etc. E ela assinala que os processos ocorridos na Zona da Mata do Nordeste e, sobretudo no caso dela, em Pernambuco, são como verdadeiros laboratórios para pensar o que significa ter regras transcendentais aos indivíduos concretos para normatizar relações que, até então, eram apenas de natureza interpessoal. Entender o que o direito considera apenas como relações costumeiras ou de “não de direito”. E eu penso que essa é uma questão central: como a entrada dos direitos dependeu efetivamente de condições políticas e de outras transformações sociais? Entra em jogo um trabalho de reordenação da vida das pessoas e de suas visões de mundo. Quando a gente examina as pessoas que entraram com processo na Justiça, vê-se como a Justiça provoca alterações nas maneiras de ser e de pensar. Os advogados usam de pedagogia: “você vai ter que falar isso”, “isso aqui não pode”, “a parte adversária vai tentar montar uma armadilha”. A própria existência de redes de sindicalistas permitia maximizar as chances de desempenhos favoráveis na Justiça. Não sei se eu cheguei a contar o exemplo que o Julião narra em um livro onde faz uma retrospectiva, intitulado *Cambão* (1970), redigido enquanto ele estava exilado no México. Conta ele que seu ato mais recorrente nas Ligas era convidar famílias de camponeses que nada tinham a ver com o diferendo na Justiça para assistirem ao desenrolar do processo em conjunto, com as famílias cujos destinos dependiam da sentença do tribunal. E por quê? Porque no tribunal essas pessoas todas viam o juiz virar para o senhor de engenho e falar: “o senhor conte os fatos, por favor” e, em seguida, fazer uma coisa que ali ninguém fazia, que era virar para um morador e falar: “o senhor, o senhor faça o favor de relatar o que motiva sua queixa”. As grandes agressões feitas às famílias de testemunhas ou às famílias que botaram os processos na Justiça vinham depois da primeira audiência e não antes. Não era violência para parar o processo. É como se tivesse acontecido algo no processo que acarretava uma vergonha total para os senhores. Qual a razão da vergonha total? Era que o formalismo jurídico simetrizava a palavra dos de cima com as palavras dos de baixo. “Todos eram iguais diante da lei” significava que ninguém mais poderia se arvorar a deter o monopólio da palavra pública, sobretudo da verdade. Resumindo: o que se passava no tribunal destruía a crença no poder simbólico unilateral dos senhores.

Patrícia Ramiro: *Poder simbólico que se reproduzia também no uso de palavras como homem e cabras, não é mesmo?*

Afrânio Garcia Jr.: Claro, você tem toda razão. A palavra *homens* designava apenas aqueles que podiam ser senhores do seu nariz, ter sempre arma no coldre e responder a agressões de honra, inclusive a agressões de honra familiar, enquanto os outros eram

19 GARCIA JR, Afrânio. Lygia Sigaud e a antropologia do direito. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo (org.). *Cientistas humanistas brasileiros*. São Paulo: SBPC/EDUSP, 2013.p. 265-294.

considerados como pessoas que estavam ali, mas não mereciam mais respeito do que os animais domésticos. E *cabra* é uma palavra com muito significado simbólico, porque é um tipo de animal doméstico que não exigia muito trato, por ser mais fácil de pôr em qualquer lugar, com qualquer alimento, e se você não tivesse o leite de vaca, você dava o leite de cabra para sua prole. Então, essa própria dualidade levava àquilo que, em outros lugares, era corrente para opor nobres e *roturiers*, e que, no caso do Nordeste, aparecia como *homens e cabras*. A Lygia pôs o nome da dissertação do mestrado dela de *A nação dos homens*, para mostrar claramente o caráter restrito dos que participam do espaço público. O direito, quando entra, desarticula essa hierarquia tão forte. Creio que estamos nesse processo até hoje. E esse é o grande drama – não vou desenvolver isso –, mas penso que o direito é isso: é a universalização da norma de comportamento, quando todos são obrigados a respeitar as mesmas normas e a ser sancionados por eventuais transgressões em seus comportamentos diante destas normas. As diferenças de riqueza, as diferenças de origem étnicas, as diferenças religiosas não podem contar diante de normas universais. Direito vem junto com a palavra cidadania. É aí que entra a noção de nação moderna. E, no Brasil, o mais interessantes foi isso: o direito não entrou tanto pela vertente civil ou penal, ele entrou mais pela vertente do direito trabalhista. Não é muito comum na literatura clássica pensar os modos de universalização do direito, como assinala a novidade radical do projeto inconcluso de Lygia Sigaud.

Patrícia Ramiro: *Para irmos encerrando, será que o senhor poderia tentar responder a pergunta com a qual terminou sua palestra ontem: para quando e como o fim de casas-grandes e senzalas?*

Afrânio Garcia Jr.: Desejei finalizar com essa pergunta para sublinhar nossas incertezas atuais e nossas angústias. A resposta transcende a minha capacidade não só de entendimento, como, sem dúvida alguma, é algo que depende de mobilizações coletivas. Acredito que exige tanto um esforço intelectual para melhor compreender esses processos quanto a tecelagem de redes sociais que provoquem a simetria das relações sociais. Agora me parece crucial que, se quisermos caminhar para um universo onde cada um trate o outro como um igual, ou seja, respeitando a famosa igualdade que estava lá no frontispício desde 1789, sabendo que a igualdade não é a igualdade em todas as maneiras de ser, de posse das riquezas em quantidades absolutamente semelhantes, temos que admitir que a igualdade de que se está falando é que não há nem haverá mais privilégios de qualquer ordem, e que cada um vai ter que tratar os outros de uma maneira equivalente àquela que ele deseja que os outros o tratem.

Patrícia Ramiro: *Bom, Afrânio, vamos encerrar por aqui. Agradeço muito pela entrevista.*

Afrânio Garcia Jr.: Eu que agradeço muito pela leitura profunda do livro e pela discussão que propiciou.

Patrícia Ramiro: É sempre um aprendizado reler seu livro. Foi uma honra podermos dialogar. Obrigada.

Referências

- FARIA, Luiz de Castro. **Um outro olhar**: diário da expedição da Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- GARCIA JR, Afrânio. Lygia Sigaud e a antropologia do direito. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo (org.). **Cientistas humanistas brasileiros**. São Paulo: SBPC/Edusp, 2013. p. 265-294.
- _____. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 411-447, 2009.
- _____. **O Sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero ; Brasília : CNPq, Editora UNB, 1989.
- _____. **Libres et Assujettis**. Marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
- _____. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Cuernavaca: Cidoc, 1970.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ CNPq, 1988.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEITE LOPES, José Sérgio; SILVA, L. A. M. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. **Bacurau**: estudo de uma feira de usina. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. **Latifundium et capitalisme**: lecture critique d'un débat. Tese - Faculté de Lettres et Sciences Humaines, Paris, 1971a.
- _____. Feira e mudança econômica. Simpósio de Pesquisas. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1971b. (mimeo)
- _____. et. al.. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, nº 76, Rio de Janeiro, 1977.
- REIS, João José; SOUZA, Evergton Sales. Katia Mytilineou de Queirós Mattoso (Volos, 1931 - Paris, 2011). **Afro-Ásia**, v. 48, p. 363-381, 2013.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 1979.

Recebido em 16/01/2017

Aceito em 17/02/2017